

Nineteen Eighty-Four: A História como Palimpsesto ou a Negação da Memória como Lugar do *Eu*

1.

Na introdução ao último capítulo do seu livro intitulado *Why Orwell Matters*, Christopher Hitchens afirma: “Even more than the deceptive simple question of his ‘Englishness’, Orwell’s posthumous standing as a representative of truth-telling, objectivity and verification continues to keep his ideas in play” (Hitchens 2002: 193). Não é certamente por acaso que são estes três aspectos (dizer a verdade, objectividade e verificação) que constituem as linhas de força da perpetuação do valor literário, ideológico e moral da produção criativa (não apenas ficcional, mas também ensaística e jornalística) de George Orwell. No terrível universo a que dá corpo a sua obra-prima, *Nineteen Eighty-Four*, elas encontram-se claramente expressas, pela negativa, na trilogia dos “princípios sagrados” impostos pelo Partido: *newspeak* (ou a impossibilidade de dizer a verdade), *doublethink* (ou a redução do pensamento a pura e aleatória *subjectividade*), *the mutability of the past* (ou o apagamento da *referência*, o cancelamento da *verificação* enquanto *verdade confirmada, prova*).

Como todos os seus biógrafos reconhecem, George Orwell era um homem de palavra e de palavras. Gostava de frisar que sentia, desde muito novo, a necessidade de registrar os pensamentos e emoções através da escrita, na qual via como fundamental tarefa “dizer a verdade” (Small 1975:18),¹ tendo desenvolvido e “treinado” desde cedo a sua vocação de escritor, tal como dá a conhecer em “Why I Write”. De facto, desde o tempo da escola que o pequeno Eric Blair se ocupava com

the making up of a continuous “story” about myself, a sort

of diary existing only in the mind. As a very small child I used to imagine that I was, say, Robin Hood and picture myself as the hero of thrilling adventures, but quite soon my “story” ceased to be narcissistic in a crude way and became more and more a mere description of what I was doing and the things I saw. (*apud* Small 1975: 67-68)

Nesta consciência narrativa da própria vida – que se centra no desejo de contar uma “história” contínua”, a qual se torna, cada vez mais, na descrição daquilo que faz e vê, ou seja, na sucessão de acontecimentos narráveis, descritíveis – radica em boa parte o fundamento da sua posição perante a escrita e a própria vida. Se tomarmos aqui o conceito de narrativa na sua acepção mais lata, mas também mais abrangente e profunda, ou seja, enquanto *lugar por excelência da manifestação da experiência humana do tempo*, ou, para dizer de outro modo, enquanto *estrutura que organiza e torna visível o fenómeno da transformação inevitável*,² então poderemos deduzir, com razoável confiança, acerca do valor dado por Orwell às coordenadas nas quais o acontecimento se efectiva: tempo e espaço, cruzados e interligados numa sequência “crono-lógica” e causal de eventos que revelam um determinado tipo de ordem e uma necessária finalidade (no sentido de uma direcção em relação a um fim específico).³

Sem uma clareza sobre esta concepção de “história” (“story”), contida nas palavras de Orwell – uma concepção que assume a narratividade como manifestação consciente e textual de uma determinada apreensão da realidade, portanto forma de conhecimento⁴ – não é possível entender a produção literária deste escritor, a qual alia sempre um propósito explícita ou implicitamente político (no amplo sentido do bem comum) a uma aposta na descrição do acontecimento como facto visível e concreto (é aquilo que “faz” e “vê”), e portanto portador de um significado identificável por quem deseje, como ele, *olhar*. A sua prosa literária, ainda que reflexiva, não se constitui como discurso especulativo ou teórico, que remeta para a construção de sistemas conceptuais ou abstractos, pois tal processo escaparia à natureza “concreta”, corpórea, da narrativa, que é aquilo que Orwell, antes de mais, persegue.⁵

2.

Servem estas considerações iniciais para sublinhar o peso que a temporalidade, enquanto experiência da contingência humana, tem na obra de Orwell, em geral, e na distopia ideológica e anti-totalitária em que

consiste *Nineteen Eighty-Four*, de modo muito particular. Com o presente estudo pretendo, precisamente, focar o valor que nessa narrativa é atribuído ao tempo e ao passado – e ao tempo do passado –, não enquanto meros repositórios de factos mortos só nostalgicamente lembrados – ou deliberadamente “esquecidos” –, mas enquanto matéria viva do presente, num sentido que muito se aproxima do conceito que Eliot (autor apreciado e valorizado por Orwell) propõe de tradição: “It involves (...) the historical sense (...) and the historical sense involves a perception, not only of the pastness of the past, but of its presence” (Eliot 1975: 37).⁶

Sobre a importância decisiva desse passado, o Partido totalitário, omnipresente e onnipotente de *Nineteen Eighty-Four* não tem dúvidas, como comprova o seu *slogan*, repetido até à exaustão: “Who controls the past controls the future: who controls the present controls the past” (Orwell 1978: 31). A questão não está, portanto, numa desvalorização pura do passado, mas antes num desejo de controlo absoluto sobre ele. Importa, pois, perceber se e como tal controlo é possível e porque é que ele se revela tão determinante. O modo é fornecido, quase desde o início, pelo protagonista, Winston Smith: “It was quite simple. All that was needed was an unending series of victories over your own memory” (Orwell 1978: 31).

Dois expressões desta frase-chave são de importância vital: a *série sem fim* de vitórias pessoais, por um lado, e o facto de elas se exercerem *sobre a memória*. Começamos pela segunda noção.

A memória é, de facto, o processo pelo qual o passado é constantemente recuperado na narrativa orwelliana de que aqui me ocupo, através da constante irrupção, no curso normal dos acontecimentos, de momentos aparentemente oníricos e inócuos, constituídos pelos sonhos, memórias e “visões” ou antecipações vividos por Winston. É curioso observar, do ponto de vista narratológico, que se está perante uma narrativa essencialmente singulativa e cronológica, onde constituem excepção a essa regra geral os referidos sonhos, esses sim, repetitivos e recorrentes ao longo de toda a história, embora não se possam definir, em rigor, como verdadeiras analepses, uma vez que não alteram substancialmente a ordem natural dos eventos. É, além disso, de notar que eles não se podem descrever – embora incluam também essa significação – como meras “lembranças” (no sentido do *facto específico* que a memória guardou – *remembrance*), nem sequer como *acto* que *recolhe* tal informação (como o termo *recollection* bem exemplifica), mas constituem, antes, de um modo mais abrangente, verdadeira *memoria* (no

sentido latino, etimológico da palavra), ou seja, “*preservação* de experiência passada”, “*poder* de guardar factos numa mente consciente” e, simultaneamente, “*faculdade*” individual de convocar deliberadamente esses factos.⁷ São, pois, antes de mais, sinais de uma “capacidade” especificamente humana e, portanto, consciente e livre. Adiante veremos exactamente quais os principais exemplos dessa operação decisiva na distopia de Orwell.

Antes, porém, retomemos a expressão acima citada – uma *série sem fim* de vitórias sobre essa memória. A expressão parece contraditória com a definição de memória que acabámos de ver, e não é por acaso. De facto, por natureza, nada do que é humano é “sem fim”; a narrativa, que, como dissemos no início, organiza a experiência humana da temporalidade, e, portanto, da própria memorização, caracteriza-se, por isso mesmo, por uma necessária contingência, por um fim (que contém, simultaneamente, a sua finalidade). Ora, o propósito de tornar infundável o processo de sistemático cancelamento do registo factual que a memória, por natureza, elabora – e que a narrativa exprime de modo organizado e sequencial – surge como uma aparente utopia, uma impossibilidade humana, que parece remeter para uma dimensão ilimitada, inacessível e superior ao homem. Mas aquilo que a terrível realidade deste universo totalitário vem a demonstrar é que tal atitude coincide, paradoxalmente, com a negação da possibilidade do eterno, não porque este transcende o humano, mas porque vencer constantemente a própria memória significa desvalorizar o tempo contingente enquanto lugar do acontecimento concreto, visível, o qual é, na experiência terrena, o húmus em que o infinito se pode revelar (quanto mais não seja, como o famoso conceito de Gilbert Durand *épifanie de l'angoisse* tão bem sintetiza, pelo desejo que o próprio acto narrativo exprime de permanência no tempo – o “duro desejo de durar”). Anular permanentemente a memória é tornar abstracta a experiência, retirá-la do seu necessário enquadramento espaço-temporal e, portanto, esvaziar a consciência pessoal dos dados que permitem julgar a realidade, aprisionando-a numa dimensão atemporal, etérea, vácuca, como um corpo lançado para sempre no espaço sideral. “He is trapped in timelessness”, afirma Christopher Small (Small 1975: 147), relembrando a terrível constatação de Winston Smith, cidadão da Oceânia: “History has stopped (...). Nothing exists except an endless present in which the Party is always right” (Orwell 1978: 127). Escusado será lembrar que a infinitude do presente coincide com a tragédia, na medida em que o acontecimento enquanto factor de transformação e, portanto, de mudança,

desaparece, restando apenas a negação da positividade do tempo, numa palavra: o Mal, enquanto ausência desse Bem que é a possibilidade de realização pessoal e colectiva. E, simultaneamente, tal ausência é a condição para que o Poder possa penetrar sem limitações: “ ‘Reality control’, they called it: in Newspeak, ‘doublethink’ ” (Orwell 1978: 31).

3.

Ora, vejamos agora em que consistem essas *memórias* que Orwell “espalha” deliberada e repetidamente ao longo da sua extraordinária e acutilante narrativa. Considero, com este termo, como já referi, aquilo que a sua memória preserva, o que pode incluir também pensamentos individualizados e “sonhos”, e divido-as, precisamente, em *personais*, por um lado, e *colectivas ou sociais*, por outro.

Nas de âmbito pessoal gostava de destacar as que me parecem mais importantes e recorrentes: a imagem da mãe (e também da irmã, acerca da qual Winston sempre associa um sentimento de culpa; do pai só pontual e vagamente se recorda); o sonho do “Golden Country” (no qual virá incluída uma antecipação de Julia, bem como uma significativa associação a Shakespeare, enquanto tradição literária e profundamente humana); a ideia fixa sobre os “proles”: “if there is hope, it lies in the proles” (Orwell 1978: 59, 69, 72, 73, 113, 135, 175), e a rima infantil a propósito das igrejas de Londres: “Oranges and lemons, say the bells of St. Clement’s,/ You owe me three farthings, say the bells of St. Martin’s” (Orwell 1978: 82, 84, 94, 145). Todas elas são de grande importância na economia significativa da obra, remetendo para um passado cujo valor é decisivo para a auto-consciência e para a definição da identidade pessoal de Winston.

Mas existe uma outra cena que sintetiza, de modo emblemático, o valor mais profundo deste tipo de “memória”. Refiro-me à dramática e belíssima cena passada na engordurada cantina onde Winston diariamente engole, juntamente com os colegas de trabalho, rações de comida artificial:

He meditated resentfully on the physical texture of life. Had it always been like this? Had food always tasted like this? (...) Always in your stomach and in your skin there was a sort of protest, a feeling that you had been cheated of something that you had a right to. It was true that he had no memories of anything greatly different. In any time that he could accurately remember, there had never been

quite enough to eat, one had never had socks or underclothes that were not full of holes (...). And though, of course, it grew worse as one's body aged, was it not a sign that this was *not* the natural order of things, if one's heart sickened at the discomfort and dirt and scarcity (...). Why should one feel it to be intolerable unless one had some kind of ancestral memory that things had once been different? (Orwell 1978: 51)

É esta “memória ancestral” que Winston não quer apagar de si mesmo. É verdade que ele não se *lembrava* de as coisas terem sido diferentes, mas não podia negar a si próprio a consciência de uma profunda inadequação do seu ser às circunstâncias em que vivia. Mais do que uma capacidade de se *lembrar* ou de *recordar* aspectos específicos da sua vida anterior, dava-se conta de uma *reminiscência* em si mesmo, que era a base de sustento da sua consciência pessoal, a âncora que o prendia ao território firme de uma identidade própria, individual, com aquele valor único que lhe vinha da certeza de que não fora feito para viver assim e de que manter essa consciência coincidia com a possibilidade de ser livre.

Por isso, Winston apercebia-se de que não bastava disfarçar reacções perante o *écran* gigante nem sequer mostrar uma diligência e uma contínua disponibilidade para a vida do Partido. A grande questão era interior, pessoal, privada. Passava pela consciência e por esta memória de si, por esta coragem de não largar as exigências mais fundas do seu ser, de não se distrair delas e do seu dramático grito de esperança, de não cair na terrível e constante tentação do “esquecimento”, nessa muito menos dolorosa e profundamente alienante “inconsciência”. Como pensava Winston a propósito de Syme, o filólogo inteligente, esmerado e laborioso que trabalhava arduamente no novo dicionário de *Newspeak*, “Zeal was not enough. Orthodoxy was unconsciousness” (Orwell 1978: 48). E adiante: “Syme, too – in some more complex way, involving doublethink, Syme swallowed it. Was he, then, *alone* in the possession of a memory?” (Orwell 1978: 50).

Nesta solidão existencial profunda, Winston virá a sucumbir. Não porque não “saiba” a verdade, mas porque ela não se pode realizar em total solidão. Julia, que é desprovida da consciência clara da sua própria memória (por isso adormece quando Winston discorre sobre essas questões), vive, pelo menos, determinada por aquele nível mais natural da “memória ancestral” que Winston também reconhece nos “proles”:

a obediência à lei da própria natureza, ao conforto físico, ao impulso sexual, ao prazer como energia activa, ao gosto da comida e da bebida verdadeiros – “real coffee”, “real tea”, “real sugar”. E isso, ao contrário do que o Partido afirmava, não são “mere impulses, mere feelings, of no account” (Orwell 1978: 134). São registos interiores de uma finalidade a ser cumprida.

Ora, a nível exterior, *social*, tais registos coincidem com a objectividade do facto histórico. É, pois, aqui que o Partido intervém, não para negar a importância da História, mas para a afirmar pela negativa, apagando diligentemente todas as marcas do passado e substituindo-as por outras, fabricadas por ele, re-escrevendo um passado à sua medida. O totalitarismo sabe que só o passado pode legitimar o presente, e que um presente que se queira impor prepotentemente é “forçado” a cancelar aquilo que, do passado, ponha em risco a sua auto-afirmação todopoderosa. Orwell estava bem consciente de que a negação radical da visão positivista da História levaria ao extremo oposto, ao do relativismo absoluto, em nome de uma incidência excessiva na narrativização histórica como escolha aleatória, resultante da convicção da impossibilidade de atingir o conhecimento perfeito. Contar é sempre, como ficou dito atrás, revelar um sentido. A opção está entre a tensão permanente de uma busca humilde desse sentido na lógica causal de uma série contínua de factos ou, pelo contrário, na deliberada construção de discursos sucessivos que se auto-anulam porque não decorrem uns dos outros.

Na Oceânia, “all history was a palimpsest, scraped clean and reinscribed exactly as often as was necessary” (Orwell 1978: 35). Em vez de fluxo contínuo, cuja ordem fala por si própria, através desse registo vivo e dinâmico que é a tradição, a História passa a ser encarada como sucessão de camadas que se impõem umas às outras, apagando as anteriores. Mais uma vez, o drama clarividente de Orwell é o de constatar a anulação do valor do que é concreto, objectivo, verdadeiro, “real evidence”: “when once the act of forgery was forgotten, he would exist just as authentically, and upon the same evidence, as Charlemagne or Julius Caesar” (Orwell 1978: 42).

4.

Verdade, objectividade, verificação: estes três pilares guiaram a vida e a obra de George Orwell, segundo Christopher Hitchens. Para C. Small, a vida e a escrita de Orwell permitem deduzir que “he was both unbeliever and religious man. (...) he represents the sceptic-religious man who, with ‘all the important questions unsettled’, is trapped into

thinking exclusively in political terms” (Small 1975: 20). É importante perceber esta noção de política, que Orwell dizia ser o propósito de toda a ficção, mesmo a mais imaginosa ou fantástica, porque para o escritor o bem social deveria coincidir com o bem pessoal, e vice-versa. “Good prose is like a window pane” (*apud* Small 1975: 105), isto é: aberta, escancarada à realidade, desejosa de ver e de dar a ver, transparentemente.

Neste sentido, *Nineteen Eighty-Four* é uma narrativa política: dá a ver o mundo com uma nitidez violenta, como quem recebe um jacto de luz reflectido num vidro bem lavado. É preciso esfregar os olhos e voltar a olhar, com a palma da mão por cima. Mais do que uma negra profecia, é um alerta lúcido e generoso, na sua crueza perturbadora: porque aquilo de que Orwell fala é de um totalitarismo mais profundo do que o que qualquer sistema ideológico tenha conseguido implementar – embora alguns, por certo, como o escritor bem sabia, bastante se tenham aproximado de uma tentativa de concretização social desse Poder enquanto tal... Mas o Poder que invade todos os cantos do terrível universo orwelliano não é estranho a nenhum de nós. É um poder mais insinuante e destruidor do que o de qualquer utopia política. É o poder de uma “mundaneidade” implícita e “escondida”, que toma conta de tudo, tornando a humanidade amnésica das suas exigências mais profundas, fazendo-a concordar com o subjectivismo em nome da liberdade e com o relativismo absoluto em nome da tolerância, homologando-a sem dó nem piedade, até ao ponto de a fazer perder esse último reduto de consciência que só se pode manter no confronto da pessoa consigo mesma. É num mundo assim, que todos bem conhecemos, que o *Big Brother* se torna o verdadeiro ícone de uma civilização massificada, cujo sintoma começa por ser uma desvalorização insidiosa do privado (esse privado pelo qual Winston tanto ansiava) e que termina na total subversão do que é íntimo, tornado objecto de fruição pública, como se o valor pessoal só pudesse ser garantido por esse acto de violenta e ruidosa exposição de si próprio. Este é um mundo onde o silêncio, como diz George Steiner, se tornou o inimigo a combater, porque ele é a condição para que a pessoa se veja a si mesma e ao mistério que a constitui, e a nossa época tem medo de um tal mistério (Jahanbegloo 2000: XVIII). O sinal mais alarmante de um mundo assim é a cedência à maior tentação de todas: a de entregar voluntariamente nas mãos de outro, um “Grande Irmão” paternalista e “protector”, o maior tesouro de cada um: a própria liberdade, em nome da facilidade que traz a aceitação das suas regras contingentes e mundanas.⁸ Como Winston bem se aperce-

beu, não basta aceitar o *Big Brother*, é preciso amá-lo, subtraindo-se totalmente à luta que a consciência de si mesmo implica.

Mas, neste universo de trevas, não podemos não reconhecer as brechas de luz que Orwell discretamente deixa disseminadas ao longo da narrativa, e que coincidem precisamente com esses momentos de “memória” que lhe relembram quem ele é – essa Terra Dourada já vista, o amor incondicional da mãe, os resquícios de registos de um passado que de facto existiu (e não apenas na sua cabeça), a força vital do humano em todas as suas expressões de desejo de felicidade, a esperança na réstia de humanidade visível nos “proles”. Se é verdade que Orwell não simplificou nem resolveu este dilema, fechando a história no seu ponto mais trágico, não é menos verdade que a responsabilidade a que o leitor literário não se pode subtrair é a de um confronto pessoal com a totalidade da obra, e aí é a sua própria liberdade que está em jogo, podendo aceitar o desafio de explorar essas discretas insinuações de uma outra possibilidade positiva para a vida. Também aqui Orwell foi verdadeiro e magnânime, oferecendo ao mundo uma narrativa mais abrangente e profunda, mais verdadeiramente humana, do que qualquer esquema ideológico – de sinal positivo ou negativo – possa conceber.

¹ Afirma Small (1975: 18): “(...) with the implication that the public world is one of objective fact concerning the writer’s most important task, just because he is involved in politics, is to tell the truth”.

² Diversos autores têm procurado, sobretudo desde a segunda metade do século XX – com a emergência dos estudos narratológicos –, definir o conceito de “narrativa”. Metz, Genette, Scholes e Kellogg, Ricoeur, Bordwell, Branigan, Chatman, M. Bal, G. Prince, Mitchell, Fludernik são alguns dos nomes que contribuíram significativamente para o avanço desta área de estudos. Enquanto que alguns, como Branigan (1992), consideram que a narrativa é essencialmente uma “estratégia” para organizar o caos da existência, outros, na linha de Paul Ricoeur (1983), vêem-na como forma que evidencia a ordem implícita na realidade. Mas quer num, quer noutro caso, a narratividade é assumida como lugar (epistemológico) da emergência de sentidos, portanto como forma particular de conhecimento (tal como a etimologia da sua raiz sânscrita *gnâ* testemunha).

³ Paul Ricoeur (1983) sublinha o carácter narrativo (ou pré-narrativo) da experiência temporal enquanto dimensão da acção humana, afirmando ser este o factor que assegura a compreensibilidade do fenómeno literário. O filósofo francês afirma, portanto, o aspecto da narratividade no modo como as acções humanas se configuram, sublinhando a relação intrínseca que a narratividade e a temporalidade manifestam, nos seus diversos elementos constituintes, como sejam: ordem, sequência, transformação, duração.

⁴ Monika Fludernik (1996: 26) desenvolveu esta noção, defendendo um conceito cognitivo de narratividade e afirmando que esta se “centra na experiência [*experientiality*] de natureza antropomórfica”.

⁵ Flannery O’Connor (1997: 67-68) traduz muito bem esta consciência corpórea da narrativa ficcional, bem como a tentação do escritor inexperiente ou medíocre em escapar dela (ao contrário do que faz Orwell): “I want to talk about one quality of fiction which I think is its least common denominator – the fact that it is concrete (...). The world of the fiction writer is full of matter, and this is what the beginning fiction writers are loath to create. They are concerned primarily with

unfleshed ideas and emotions. (...) They are conscious of problems, not of people, of questions and issues, not of the texture of existence (...). This is also pretty much the modern spirit, and for the sensibility infected with it, fiction is hard if not impossible to write because fiction is so very much an incarnational art”.

⁶ Irena Slawinska analisa o modo como o século XX tratou as coordenadas espaço-temporais na arte e no pensamento, referindo a crise quanto ao valor da temporalidade, que se fez sentir sobretudo a partir de meados do século. Tal crise foi identificada por diversos pensadores, como por exemplo Eliade, o qual, abordando o “mito do eterno retorno”, apontou como indicio claro dessa desvalorização a revolta contra o tempo na sua dimensão histórica, nomeadamente através da primazia explícita ou implicitamente dada à sincronia e à simultaneidade (verificadas na hegemonia da cultura visual e táctil) sobre a diacronia e a sequencialidade (Slawinska 1985: 178-219).

⁷ Vejam-se as entradas relativas aos termos referidos (*remembrance, recollection e memory*), e que aqui se apresentam traduzidas, nos dicionários de língua inglesa: *Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English*, Oxford, Oxford University Press, 1977, e *The Shorter Oxford English Dictionary on Historical Principles*, vol. II, Oxford, Clarendon Press, 1973.

⁸ Pelo contrário, Meyers (2000) sublinha o facto de Orwell dizer e demonstrar constantemente, na sua vida, que a coisa que mais desejava, acima de tudo, era a liberdade.

Obras Citadas

Branigan, Edward (1992), *Narrative Comprehension and Film*, London, Routledge.

Crick, Bernard (1992), *George Orwell – a Life*, London, Penguin Books.

Eliot, T.S. (1975), *Selected Prose of T. S. Eliot*, New York, Harcourt Brace.

Fludernik, Monika (1996), *Towards a “Natural” Narratology*, London, Routledge.

Hitchens, Christopher (2002), *Why Orwell Matters*, New York, Basic Books.

Jahanbegloo, Ramin (2000), *Quatro Entrevistas com George Steiner*, Lisboa, Fenda.

Meyers, Jeffrey (2000), *Orwell – Wintry Conscience of a Generation*, New York, Norton.

O'Connor, Flannery (1997), *Mystery and Manners. Occasional Prose*, New York, Noonday Press.

Orwell, George (1978), *Nineteen Eighty-Four*, London, Penguin Books [1949].

Ricoeur, Paul (1983), *Temps et Récit. Tome I – L'intrigue et le récit historique*, Paris, Éditions du Seuil.

Slawinska, Irena (1985), *Le Théâtre dans la Pensée Contemporaine: Anthropologie et Théâtre*, Louvain, Cahiers Théâtre Louvain.

Small, Christopher (1975), *The Road to Miniluv. George Orwell, the State and God*, London, Victor Gollanz.